

## COMUNICADO CONJUNTO DE SINDICATOS

### A RTP NÃO PODE CONTINUAR REFÉM

Na passada sexta-feira, dia 6, os sindicatos representantes dos trabalhadores da RTP reuniram com o Conselho de Administração (CA) para exigir respostas urgentes sobre o presente e o futuro da Empresa.

O que ficou claro é simples: **o Governo corta, o CA corta e os trabalhadores pagam a fatura.**

#### 1. Reunião do CA com o Ministro da Tutela, o que nos foi transmitido:

- O Governo recusa aumentar o valor da CAV;
- O Governo não cumpre a lei, à semelhança de outros governos, ao não atualizar a CAV como está previsto;
- O Governo tem intenções de cortar 6 milhões de euros à RTP até 2028, desviando essas verbas para outros grupos de media,
- O Governo quer “reduzir custos” à custa dos trabalhadores, impondo um Plano de Saídas Voluntárias;
- O Governo autoriza, apenas, uma (1) entrada para cada 4 saídas, um rácio destrutivo que compromete o futuro da Empresa.

**As posições do ministro António Leitão Amaro revelam uma tutela que não cumpre a lei, não respeita o Serviço Público fazendo um ataque direto à Instituição RTP provocando, deliberadamente, uma estratégia clara; a sua insustentabilidade, asfixiando-a e fragilizando quem nela trabalha.**

#### 2. Ações do CA para 2026

O CA apresentou intenções sem calendário, sem garantias e sem compromisso:

- Novo Plano de Carreiras Profissionais – ainda em estudo.
- Plano de Reestruturação da Empresa – ainda em estudo.
- Plano de Saídas Voluntárias – ainda em estudo.
- Investimento - aguarda financiamento do Governo.

#### 3. Perguntas essenciais que o CA se esquivou a responder, evitando esclarecer temas centrais:

- Qual o ponto de situação dos “Novos Modelos de Produção”? - O que está previsto no “processo Lusa”? - Em que estado estão as obras da “Casa das Notícias”? - Estratégia para a Onda Media, investimento na radiodifusão AM? - Custos da “Nova Entidade Gráfica” e que resultados justifica? - Cobertura das apólices de acidentes de trabalho em situação de calamidade e catástrofe nacional? - Condições dos profissionais com Contratos de Prestação de Serviços (CPS) obrigados a trabalhar em zonas de calamidade? - Centros Regionais/Delegações - que futuro, que investimento, com que recursos? - O CA aceita, ou rejeita o rácio 1/4 imposto pelo Governo?

#### 4. Informações complementares do CA:

# Não está a preparar fusão de redações; # Não vai denunciar o Acordo de Empresa; # Não prevê alterar a estrutura orgânica; # Apresentará, em breve, uma contraproposta ao Caderno Reivindicativo, proposto pelos sindicatos; # Nenhuma medida avançará sem verba e sem autorização do Governo; # A tutela, ainda, não aprovou o PAO 2026; # O Seguro de Complemento de Reforma mantém em 2026 a rentabilidade de 1,5%; # Os trabalhadores, que devido às tempestades viram impossibilitado o cumprimento das suas funções, devem comunicar com a DRH, a fim de a mesma enquadrar, adequadamente, a ausência ao serviço.

## **Conclusões:**

- O CA aguarda decisões do Governo para gerir a RTP,
- O Governo interfere, diretamente, na gestão, não cumpre a lei e condiciona o futuro da Empresa,
- O ministro decide, em gabinete, de mangas arregaçadas, o que a RTP pode, ou não fazer, ignorando os trabalhadores e o Serviço Público,
- O CA aposta que o futuro da RTP depende do Digital, da Inteligência Artificial e de alguns sistemas informáticos.

**O que o CA transmitiu aos sindicatos foi um retrato preocupante de bloqueios, omissões e decisões políticas que colocam em risco o Serviço Público de Media e os Direitos de quem o garante todos os dias: os trabalhadores.**

## **Posição dos Sindicatos:**

→ Não aceitaremos cortes, retrocessos, ou atropelos à lei; → Não aceitaremos que a RTP seja enfraquecida para servir interesses externos e políticos; → Não aceitaremos que os trabalhadores sejam tratados como descartáveis; → Não aceitamos a saída de mais trabalhadores, nem o rácio de 1/4; → Não aceitamos o estrangulamento da RTP.

## **Consideramos inaceitável:**

\* O desinvestimento propositado e continuado no Serviço Público de Rádio, Televisão e Media; \* A redução de trabalhadores e a degradação das condições de trabalho; \* A ausência de respostas concretas do CA; \* A violação da lei por parte da tutela; \*A tentativa de transformar a RTP numa empresa minimalista, dependente de tecnologia e desprovida de meios humanos.

A RTP existe porque tem trabalhadores com experiência e conhecimento.

A RTP só cumpre a sua missão se houver investimento, financiamento apropriado, respeito e condições.

A RTP não pode ser reduzida a um laboratório de cortes, “revanchismos” e experiências políticas.

**A defesa da RTP Pública e dos seus trabalhadores é inegociável.**

Os sindicatos: FETESE, SICOMP, SINDETELCO, SINTTAV, SITIC, SJ, SMAV, STT

Lisboa, 11 de fevereiro de 2026